



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682630 - RO (2021/0234063-1)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PACIENTE : MARCIANO PENHA CARDOSO (PRESO)
CORRÉU : GUILHERME FERREIRA LUCIANO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCIANO PENHA CARDOSO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA (HC n. 0801840-91.2021.8.22.0000).

O paciente foi condenado à pena de 2 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, em regime inicial semiaberto, pela prática do crime de porte ilegal de arma de fogo e munições de uso permitido, tipificado no art. 14, da Lei n. 10.826/03.

Interposta apelação, que estaria pendente de julgamento.

Impetrado prévio writ, o qual teve a ordem deneada.

A impetrante sustenta que haveria ilegalidade na condenação do paciente, diante da imprestabilidade da arma apreendida, conforme atesta o exame técnico de constatação.

Alega que "*Desta forma, inexistindo ofensividade ao bem jurídico tutelado –incolumidade pública–, não há falar em fato típico, e, por conseguinte, em crime, não havendo justa causa para o exercício da ação penal, tampouco fundamento para a execução provisória da pena imposta ao paciente.*" (e-STJ fl. 6).

Requer, liminarmente, a suspensão do cumprimento de pena, com a revogação da prisão preventiva do paciente, até o julgamento do presente *habeas corpus*.

No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar, com o consequente reconhecimento da atipicidade material do delito, diante da ineficácia absoluta do meio, para reformar a sentença condenatória proferida, absolvendo o paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, pois o relator, na origem, consignou que:

"Com efeito, tendo o réu respondido a toda a ação penal preso preventivamente, a superveniência de sentença condenatória, em regra, corrobora a necessidade da segregação, especialmente quando inalteradas as circunstâncias que motivaram a inicial decretação. Nesses casos, inclusive, o Superior Tribunal de Justiça e esta Corte consideram legítima a fundamentação meramente remissiva às decisões anteriores.

[...]

Neste ponto, vale registrar que a decisão do juízo de primeiro grau não representa afronta o atual entendimento do STF proibindo a prisão em segunda instância, visto que a prisão cautelar fundada em sentença condenatória recorrível não se confunde nem se identifica com execução provisória de condenação penal, notadamente porque a custódia cautelar encontra-se legitimamente decretada apoiada em fatos concretos e nos fundamentos a que alude o art. 312 do CPP.

[...]

Por derradeiro, não se pode olvidar que o magistrado (sobredito autoridade coatora) determinou, na sentença, a imediata colocação do paciente no regime fixado na sentença (semiaberto)."

Assim, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência